

## MULTITERRITORIALIDADE E MÚLTIPLAS IDENTIDADES: O TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE PESCADORES DE COPACABANA, RIO DE JANEIRO <sup>1</sup>

### MULTITERRITORIALITY AND MULTIPLE IDENTITIES: THE TERRITORY OF THE COMMUNITY FISHERMEN'S IN COPACABANA, RIO DE JANEIRO

Letícia Giannella\*

**Resumo:** O artigo traz à discussão o papel desempenhado pelo conceito de território e, agregado a ele, de territorialidade, na análise do espaço e, mais especificamente, da realidade que envolve a existência de comunidades tradicionais em grandes cidades, tomando como estudo de caso a comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. Abordamos a questão da multiterritorialidade experimentada pela comunidade mostrando que tal vivência multiterritorial pode ser uma ferramenta política de transformação social. Para tanto, a primeira sessão do artigo apresenta uma breve discussão sobre o conceito de comunidade e comunidade tradicional, procurando (re)significá-los à luz da realidade complexa vivida pelo grupo em questão. Posteriormente, o artigo discute a multiterritorialidade vivenciada pela comunidade estudada, entrelaçando teoria e resultados da pesquisa empírica. Por fim, trazemos um debate sobre território e identidade, evidenciando a partir da comunidade em questão que as identidades atuais são múltiplas e, muitas vezes, até mesmo contraditórias. Torna-se claro que somente através desta compreensão multiterritorial e multiidentitária podemos buscar, nos tempos atuais, a transformação da sociedade, que perpassa pela recusa de estereótipos e generalizações que são comuns e costumam guiar nossas concepções sobre determinados grupamentos sociais.

**Palavras-chave:** Comunidade tradicional, multiterritorialidade, identidade, Copacabana, Rio de Janeiro.

**Abstract:** The article discusses the role played by the concept of territory and added to it, territoriality, in the analysis of space and, more specifically, of the reality that involves the existence of traditional communities in big cities, taking as case study the community fishermen's in Copacabana, Rio de Janeiro. We approach the issue of multiterritoriality experienced by the community by showing that this experience may also be a tool for social transformation. Thus, the first section of the article presents a brief discussion of the concept of community and traditional community, seeking to (re) signify them in light of the complex reality experienced by the group in question. Later, the article discusses the presence of multiterritoriality in the community studied, interweaving theory and results of empirical research. Finally, we present a discussion on territory and identity, showing from the community concerned that the current identities are multiple and often even contradictory. It is clear that only through this multiterritorial and multiidentity understanding we can seek, nowadays, the transformation of society, which underlies the rejection of stereotypes and generalizations that are common and guide our conceptions on certain social groupings.

---

<sup>1</sup> O artigo resulta de pesquisa realizada pela autora no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio.

\* Doutoranda em Geografia na Universidade Federal Fluminense. Mestre em Geografia pela PUC-Rio. Professora substituta do Departamento de Turismo da UERJ. E-mail, leticiagiannella@gmail.com

**Keywords:** Traditional communities, multiterritoriality, identity, Copacabana, Rio de Janeiro.

## Introdução

O artigo traz à discussão o papel desempenhado pelo conceito de território na análise do espaço e, mais especificamente, da realidade que envolve a existência de comunidades tradicionais em grandes cidades, tomando como estudo de caso a comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro.<sup>2</sup>

Traremos também para o debate, ainda que sucintamente, os conceitos de comunidade e comunidade tradicional, procurando deixar claro o porquê de assim nos referirmos ao grupo em questão. Estas categorias participam da discussão uma vez que configuram estratégias encontradas pelo grupo para sua sobrevivência.

Abordaremos a questão da multiterritorialidade experimentada pelo grupo, à luz das idéias de Rogério Haesbaert, procurando evidenciar que esta vivência multiterritorial pode ser um instrumento para a transformação social, já que a compreensão da multiterritorialidade vivenciada pelo grupo em questão deveria (e pode) ser condição para renovar antigas categorias fragmentadas/fragmentadoras perante a nova realidade social, onde as identidades, as vivências e os cotidianos são múltiplos e complexos.

Ressaltamos que o grupo em questão, sob a forma de um estudo de caso, nos auxilia a compreender um processo maior que se reproduz em diversas escalas espaço-temporais que é a co-existência de sociedades cujos modos de vida e valores são, à primeira vista, contrastantes entre si, mas que ao serem mais bem observados, evidenciam interdependências e complementaridades na maior parte dos casos extremamente injustas e desiguais.

## Comunidade e tradição: (re)significações para os tempos atuais

Em um primeiro momento, podemos ficar surpresos com a existência de uma suposta comunidade tradicional em meio aos processos hegemônicos atuais, territorializando-se em um bairro densamente populoso e urbanizado da metrópole do Rio de Janeiro. A surpresa resulta na construção de um discurso que representa a contradição existente entre a comunidade – uma comunidade tradicional de pescadores artesanais – e a cidade grande. Tal argumentação é aquela encontrada com mais frequência no “senso comum” e nas reportagens jornalísticas sobre o grupo ou o bairro, como vemos em um trecho da matéria escrita por Cintra, do *Jornal Posto Seis* (sem data): “a (colônia) Z-13<sup>3</sup>, **apesar de estar localizada num bairro cosmopolita**, ainda mantém as

---

<sup>2</sup> A comunidade em questão se situa no canto direito da praia de Copacabana (Posto Seis) de quem olha para o mar e é rodeada pelo Forte de Copacabana, o Clube dos Marimbás e o Corpo de Bombeiros, à direita; pela praia em si, à esquerda; pelo mar, à frente; e pela Avenida Atlântica, atrás (ou à frente, dependendo do referencial). Atravessando a avenida, tem-se o Hotel Sofitel e muitos prédios residenciais ou mistos, com estabelecimentos comerciais em seus andares térreos. O território da comunidade constitui a sede da Colônia de Pesca Z-13, que abrange as comunidades de pescadores da cidade do Rio de Janeiro desde a Urca até o Recreio dos Bandeirantes, incluindo as comunidades de lagoas como a Rodrigo de Freitas e de Jacarepaguá.

<sup>3</sup> As Colônias de Pesca foram instituídas a partir da década de 1920 com finalidade estratégica, pois aos pescadores caberia a função, junto à Marinha do Brasil, de defesa do litoral brasileiro. O estatuto das colônias aprovado em 1973 coloca na mesma instituição os pescadores artesanais, os embarcados, os armadores e os industriais da pesca, além dos pescadores amadores. Ignora-se, com isso, os “interesses opostos e mesmo conflitantes entre os proprietários dos

características marcantes de um local frequentado por verdadeiros pescadores (...)” (grifo nosso). Em reportagem de 19 de março de 2000 do *Jornal do Brasil*: “Os muitos prédios de Copacabana escondem dos menos atentos um recanto que guarda viva uma tradição milenar: a pesca artesanal”. Outro exemplo bem representativo do que estamos demonstrando:

**Nem se imagina que estamos no meio de um dos bairros mais populosos, dinâmicos e exuberantes do Rio de Janeiro.** Cercado por amendoeiras, que lhe dão a aparência bucólica de cidade pequena, a colônia de pescadores Z-13, (...), **é um pequeno pedaço perdido de um Rio e de um estilo de vida que estão em extinção** (grifos nossos) (ESTADO RJ ONLINE).

Por outro lado, também nos deparamos com algumas argumentações que não demonstram surpresa alguma com essa aparente contradição. Os adeptos deste outro discurso acreditam que a comunidade acompanha o movimento de modernização da cidade, estando atualmente descaracterizada enquanto uma verdadeira comunidade de pescadores tal como nos acostumamos a observar e imaginar. São aqueles que enxergam-na como um simples estacionamento de barcos.

Na verdade, não podemos nos prender nem a um argumento, nem a outro. Ambos expressam (e não) a realidade, simultaneamente. O primeiro deles corresponde à realidade ao reconhecer a distinção entre a comunidade de pescadores e a sociedade “abrangente”. Porém, esse discurso falha na desconsideração da integração mútua entre ambos os grupos. Por outro lado, a segunda argumentação falha ao ignorar a diferenciação entre eles, apenas considerando o movimento mútuo e integrado de ambos.

O debate entre as duas abordagens, por si só, não nos direciona a qualquer compreensão real sobre a comunidade de pescadores em questão. Ele, efetivamente, deve se deslocar para outro centro, outro ponto de partida, que é a constatação da situação hegemônica e precária do grupo, independente de seu isolamento ou integração. Decerto, o grupo verdadeiramente sobrevive enquanto uma comunidade de pescadores, mas tal sobrevivência é hegemônica e precária. Suas atividades são sempre ameaçadas e sua sobrevivência constitui muito mais uma luta diária contra a escassez do que uma forma de resistência organizada contra os processos hegemônicos.

Essas comunidades, elas sempre estavam instaladas em lugares muito bons, de fácil acesso, que tinham muita fartura. Elas estavam instaladas sempre nesses lugares. Com o tempo passando, o que aconteceu? Essas comunidades foram atacadas às vezes até pelo urbanismo, por exemplo, por outras comunidades mais avançadas que descobriram outras técnicas de explorar aquele ambiente de outras formas. Isso foi entrando aos poucos e hoje se tornou um prejuízo *pra* todo mundo. Hoje você não consegue explorar as coisas lentamente. O tempo é muito injusto. O tempo das coisas é outro, não é o tempo da nossa natureza.<sup>4 5</sup>

---

meios de produção e os da força de trabalho, forçando-se um pacto entre eles” (DIEGUES, 1983, p. 229). Os pescadores, neste contexto, são os que menos são ouvidos dentro destas instituições. Acreditamos, portanto, que a organização das comunidades de pescadores em colônias de pesca, nestes moldes, não contribui para a construção de estratégias políticas de transformação social. Por este motivo escolhemos não trabalhar com este termo no que se refere ao nosso grupo de estudo, apesar de nos referirmos à colônia tanto enquanto uma entidade política quanto como o espaço físico em que os pescadores se encontram instalados, concepção esta última muito presente nas falas dos entrevistados.

<sup>4</sup> Entrevista concedida pelo pescador Maurício em 22 de abril de 2009.

<sup>5</sup> Os nomes dos pescadores que aparecem neste trabalho são fictícios, a fim de preservar-lhes a identidade.

Na fala transcrita torna-se clara a hegemonia de sistemas técnicos “mais avançados” sobre os sistemas técnicos utilizados pelas comunidades tradicionais, demonstrando a precarização da existência dessas últimas, o que vem ao encontro do pensamento de Milton Santos (2003) a respeito da hegemonização das sociedades cujas técnicas estejam “ultrapassadas” pelas técnicas ditas mais avançadas.

Entretanto, esta hegemonização pode possuir um caminho de superação que perpassa pela apropriação pelo grupo da categoria comunidade tradicional e pela compreensão de sua vivência multiterritorial, possibilitando assim o desmonte de idéias fragmentadas/fragmentadoras sobre a comunidade.

Para Castells (2000), as comunidades são, na sociedade em rede atual, uma forma de oposição ao processo globalizador uniformizante. Elas surgem a partir da construção de identidades de resistência como reação a tendências sociais predominantes.

A comunidade de Castells estaria no universo do cotidiano – trabalhado, entre outros autores, por Milton Santos (1997, 2003, 2008), aquele de onde desponta a heterogeneidade criadora enquanto o mundo oficial buscava uma homogeneidade empobrecedora e limitada. Para este último autor, vivemos hoje um momento histórico de transformação, talvez imperceptível para os contemporâneos, mas real. A experiência da escassez vivida pelos mais pobres e pela classe média vem conduzindo à formação de uma consciência libertadora e formadora de territórios autônomos.<sup>6</sup> Estes, por sua vez, podem constituir verdadeiras comunidades de resistência.

Castells (2000) ressalta que a construção de uma identidade comunal está condicionada à existência de alguma mobilização social, já que é através desta mobilização que a vida é de fato compartilhada e novos significados são produzidos. Os movimentos sociais produzem significados que são apreendidos pela memória coletiva da comunidade. Essa produção de significados que constrói uma identidade de resistência difere da produção de significados externa ao grupo, cuja apreensão pela memória coletiva da comunidade é, de certa forma, epidérmica, não chegando a formar uma identidade comunal.

Questionamo-nos se, de fato, podemos tomar esta afirmação como verdadeira para quaisquer situações. No mundo atual, é difícil distinguir uma produção de significados interna de uma produção externa, ainda que ambas existam. É natural pensarmos que a produção de significados endógena de um grupo seja melhor e mais profundamente apreendida pelos membros desse grupo do que a produção exógena. Todavia, devemos sempre levar em consideração o peso cada vez mais crescente desta última, hegemônica e imposta sistematicamente ao cotidiano das sociedades. Será que a apreensão destes significados é somente epidérmica?

Os pescadores de Copacabana vivenciam o cotidiano da pesca artesanal. Neste sentido, há uma produção de significados endógena e comum, mesmo que não ligada diretamente à construção de uma identidade de resistência através de mobilização social. Estes significados estão relacionados principalmente ao fazer, ao trabalho cotidiano compartilhado entre todos. Porém, os pescadores vivenciam também a cidade diariamente,<sup>7</sup> havendo, por este lado, uma

---

<sup>6</sup> Sobre a questão do território e autonomia, ver Souza (1997, 2006, 2008).

<sup>7</sup> Quando falamos em cidade, neste texto, o fazemos com finalidade didática metafórica, tentando nos referir ao território urbanizado, metropolizado. O território da comunidade é também a cidade, ou seja, não podemos considerar que existe uma separação entre ambos a não ser didaticamente.

produção de significados exógena expressiva. Assim, as referências dos pescadores, em alguns momentos, parecem estar mais baseadas em lógicas exógenas do que em lógicas endógenas.

De uma forma ou de outra, Castells (2000) apresenta também algumas características que são próprias às comunidades. Entre elas, destacamos: pouca diferenciação interna; força política; isolamento, certeza e proteção; e responsabilidade coletiva em detrimento dos projetos individuais (p. 86). Nos perguntamos se tais características podem ser realmente encontradas em grupos sociais contemporâneos. E é partindo de uma resposta negativa a esta questão que Bauman (2003) demonstra sua crença no desmantelamento da comunidade no mundo globalizado.

Podemos apontar, afirma este autor, para o fundamento epistemológico da comunidade perdida, que consiste na profundidade das relações humanas; na certeza de que “nos veremos outra vez”; na idéia de que tudo o que fizermos pode vir a nos confortar ou perturbar no futuro, “dado que as conseqüências de nossos atos permanecerão conosco por muito tempo depois do fim aparente do ato – sobrevivendo nas mentes e feitos de testemunhas que não desaparecerão” (BAUMAN, 2003, p. 47).

Podemos dizer que enquanto a comunidade de Castells é uma comunidade na ótica do presente e, sobretudo, do futuro, a comunidade de Bauman está mais relacionada ao passado, às sociedades pré-capitalistas ou, conforme veremos mais adiante, às chamadas sociedades tradicionais.

Santos (2003) relaciona a existência da comunidade pré-capitalista à territorialidade absoluta, ou seja, ao “pertencer àquilo que lhe pertence”, à construção de um sentido de identidade entre as pessoas e seus espaços. Nos dias atuais, como “pertencer ao que lhe pertence” se nada mais lhe pertence? Ou melhor, se nada mais é apropriado efetivamente como antes?

É o que vem ocorrendo com grande parte das comunidades de pescadores artesanais, principalmente nas grandes cidades. Conforme podemos ver na reportagem do dia 19 de março de 2009 do *Jornal do Brasil* sobre os pescadores artesanais da cidade do Rio de Janeiro, “... a especulação imobiliária, a poluição e a pesca predatória acabaram fazendo com que o pescador fosse condenado à pobreza que, na cidade, não tem os atenuantes da simplicidade que marcou sua condição no passado”.

De fato, o pescador artesanal de Copacabana foi se tornando parte da imensa massa de trabalhadores urbanos desprovidos de atendimentos sequer às suas necessidades humanas mais básicas. De uma imagem do pescador que vivia em casebres e vilas cujas principais características eram a simplicidade, o rústico e o isolamento, passou-se à impossibilidade de se identificar, na cidade, quem é pescador. Eles foram se aglomerando nas favelas da Zona Sul ou nos bairros do subúrbio, distanciando-se da areia e do mar, ou seja, daquilo que os identificava enquanto pescadores. Tal processo deve-se à intensificação da especulação imobiliária capitalista que se dá a partir da década de 1920, em Copacabana.

O que acontece é que hoje nós somos sobreviventes. Por que a gente não tá morando aqui? Aí a gente vai buscar as causas. Nós fomos expulsos, essa é a realidade. Antes eles moravam na praia, cada um tinha seu *barraquinho*. Toda tarde ficavam na areia esperando o peixe chegar. (...). Se o peixe deixa de ir a certo pesqueiro, é porque alguma coisa tá acontecendo. Por que o peixe se afastou de certos parcéis?<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Pescador Maurício, em 22 de abril de 2009.

O grupo passa então a existir precariamente, estando subjugado às forças capitalistas globalizadoras e homogeneizadoras. É neste contexto que poderíamos falar na construção de uma identidade de resistência que formaria uma verdadeira comunidade, segundo a concepção de Castells (2000). Entretanto, nos perguntamos se tal construção ocorre de fato.

A percepção da ameaça sobre a existência coletiva do grupo está presente na fala de todos os pescadores entrevistados. “Quando eu cheguei, saía pra pescar com meu pai e a gente trazia muito peixe, muito mesmo. Hoje não dá mais pra fazer isso, o peixe realmente diminuiu muito”.<sup>9</sup> Ou, como disse Sandro em 03 de agosto de 2009: “Eu só pesco e vivo da pesca porque não tenho família, sou sozinho. Porque se eu tivesse filhos *pra* criar, não podia estar aqui, não. Não tá dando *pra* ninguém”.

A causa para a diminuição do pescado, segundo os próprios pescadores, está na poluição e na concorrência injusta e desigual entre a pesca artesanal e a pesca industrial. A consequência dessa diminuição é, para eles, o desaparecimento da comunidade. Alguns chegam a afirmar que esse desaparecimento já está em curso, pois o número de pescadores vem diminuindo com o passar dos anos. De fato, para uma comunidade pesqueira situada em Copacabana, o número aproximado de 40 pescadores é pequeno, mesmo havendo certa limitação devido ao número invariável de barcos.

Contudo, a construção da identidade de resistência do pescador de Copacabana aparentemente pára aí, na percepção da ameaça à existência do grupo. Não há uma mobilização social maior que parta de tal percepção para a formação de uma comunidade, não há um “encolhimento do mundo”. Não há, também, a sensação de resistência e poder. Esta aparente condição é a origem do discurso que considera o território do grupo como um simples estacionamento de barcos.

Acreditamos que um dos fatores mais expressivos que fazem com que não haja uma articulação em busca de resistência contra-hegemônica seja o fato de, diferentemente de outras comunidades de pescadores, seus membros não morarem juntos na beira da praia e sim na cidade, cada um em um bairro, uma favela, um território. Há uma diluição do sentido comunitário a partir do momento em que o pescador termina sua rotina de trabalho e convivência na comunidade e vai para casa.

Ademais, eles não foram criados juntos, sendo alguns deles inclusive naturais de outros estados, tendo chegado ao Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida e trabalho, o que, segundo eles próprios e reproduzindo a lógica da migração regional brasileira, não tem se concretizado.

Entretanto, tomando como referência outra característica construtora de comunidades, segundo Castells (2000), que é a responsabilidade coletiva em detrimento dos projetos individuais, notamos que ela existe com força razoável no dia-a-dia do grupo, coexistindo com o já folclórico individualismo do pescador. Tomemos como exemplo a seguinte situação: existem vinte barcos na comunidade, sendo que cada um costuma levar de dois a três tripulantes para a atividade diária da pesca. No momento da pesquisa empírica, porém, das vinte embarcações, quatro estavam paradas por estarem quebradas ou simplesmente porque seus proprietários não dependessem da atividade pesqueira para viver e acabassem abandonando a embarcação (é o caso de um dos barcos parados). Os proprietários dos barcos quebrados aguardavam a possibilidade de consertá-los, ou seja, aguardavam a chegada de algum dinheiro para poderem continuar a trabalhar. Isso se torna um ciclo vicioso, pois como é que os pescadores podem ter seu sustento se não estão com os instrumentos de trabalho aptos para a única atividade que sabem fazer? Além

---

<sup>9</sup> Pescador Eduardo, em 31 de julho de 2009.

das embarcações quebradas, é muito comum encontrarmos outros instrumentos, como as redes, inutilizadas. Quando essas situações ocorrem, os pescadores acabam encontrando “abrigo” nas embarcações de outros pescadores, que os recebem sempre de forma cooperativa e solidária, ao menos em todas as situações que observamos durante nossas visitas ao campo. Qualquer rivalidade que pudesse existir se apaga instantaneamente, e o pescador que recebe aquele que está em uma situação prejudicada não questiona, em momento algum, até quando ele terá que ser ajudado. Isto não seria um indício comunitário?

É na prática, ou seja, no dia-a-dia, no cotidiano, que podemos encontrar os pescadores que vivenciam de fato a comunidade, vivendo da pesca e passando os dias juntos. Neste caso, podemos dizer que há sim pouca diferenciação interna. Todos os pescadores que a autora encontrou e com os quais pode conversar mais de uma vez nas visitas à comunidade possuem modos de vida similares. E nesse ponto poderíamos falar na existência de uma comunidade.

De qualquer maneira, quando nos remetemos à idéia de comunidade perante os pescadores entrevistados, encontramos respostas distintas. Uns acreditam que os pescadores em questão constituem uma comunidade; outros, não.

As duas mulheres pescadoras consideram o grupo como uma comunidade, enquanto entre os homens a resposta é mais freqüentemente negativa. Para eles, não há união, e por isso não há comunidade: “Olha, *cara*, eu acho que é e também não é, porque falta união, *né?* Ainda falta muita coisa aí pra ser comunidade mesmo, de todo mundo unido pra chegar num objetivo”.<sup>10</sup> Ou, como diz seu Noca: “Nós chamamos de comunidade, *né?* Mas eles não se unem... não, não... olhe, eu vou te falar uma coisa... o pescador profissional tem poucos aqui... aqui tem muito é agregado”. Maurício acredita que aquilo já foi, tradicionalmente, uma comunidade, hoje não sendo mais:

Uma comunidade, eu acho que é um grupo unido, que se reúne *pra* todas as atividades, desde a família, até o trabalho, até a renda. Isso é uma comunidade onde pode sair dali a vivência de uma tradição. Aí acho que é uma comunidade. O povo se une pra crescer, todos lutando pelo mesmo objetivo, de sobrevivência e manter essa sobrevivência.

Já para as mulheres entrevistadas, a comunidade está na confiança, na convivência, na ajuda.

Sim, a colônia é uma comunidade. Eu entendo como comunidade quando o dia que precisar de uma pessoa, *tá todos unidos*. Os pescadores aqui são todos eles unidos. Por exemplo, se uma embarcação quebrar lá fora, sempre outra vai lá, reboca a outra, *tá?* Quando um ferro, porque tem um ferro que amarra a rede... A maioria dos ferros perde muito ferro aqui, aí um empresta o outro. Quando um pescador falta, vai outro pescador de outro barco pra suprir ele.<sup>11</sup>

Ou, como diz Carla, em 21 de junho de 2009,... [aqui] é praticamente é uma comunidade, *né?* Essa união do pessoal, aglomeração de pessoas, de pescadores, *né?* Uns ficam, outros vão, daqui a pouco aparece alguém de outra região, a gente vai acolhendo, *né?* Os pescadores que realmente querem trabalhar.

<sup>10</sup> Pescador Zico, em 23 de junho de 2009.

<sup>11</sup> Pescadora Tatiana, em 21 de junho de 2009.

Assim, podemos olhar a comunidade partindo de pontos de vista distintos. De um lado, estão aqueles que ainda vêem união e confiança como base das relações entre os pescadores (é curioso pensar que entre os pescadores entrevistados as mulheres foram aquelas que compartilham dessa percepção); por outro lado, estão aqueles que descrevem em tal união nos tempos atuais. Entre esses últimos, é comum ouvir dizer que a falta de união deve-se ao fato dos pescadores não terem sido criados juntos, sendo cada um de um canto da cidade ou até mesmo do país, o que não deixa de ser verdade.

Todavia, acreditamos que ainda exista um sentido de comunidade, ainda que pequeno, uma vez que os pescadores comungam da técnica, da atividade, da labuta, da incerteza, dos medos, esperanças. Além disso, os pescadores possuem uma rotina comum: todos se levantam muito cedo, se dirigem à colônia, saem para pescar perto de cinco horas, retornam cerca de nove horas, expõem os peixes para venda e ficam por ali consertando suas redes, barcos e instrumentos, conversando e compartilhando o cotidiano, ou seja, criando laços próprios de comunidades. É um dia-a-dia diferente daquele trabalhador assalariado de uma indústria, por exemplo, que acorda, se dirige ao trabalho, trabalha a manhã toda, almoça junto aos colegas, trabalha a tarde toda, volta para casa e se prepara para o dia seguinte. Na comunidade do Posto Seis, há um vagar no retornar para casa, há um “arrastamento” do dia, uma necessidade de ficar ali, próximo do mar, próximo dos outros pescadores, próximo dos barcos. Talvez esse vagar no retorno para casa seja devido à lembrança, mesmo que contada, dos tempos de outrora, de quando o pescador morava na beira da praia. Talvez haja a necessidade de perpetuar essa característica pesqueira, e por isso eles se demoram simplesmente ficando ali. Talvez seja simplesmente porque eles precisam estar ali para trabalharem na confecção e no conserto de seus petrechos de pesca. Para nós, tais práticas não deixam de ser um indício comunitário. E são justamente as características comunitárias sobreviventes que podem permitir a construção de uma identidade de resistência contra-hegemônica, apesar de sabermos de antemão que a identidade construída seria somente mais um elemento das múltiplas identidades que caracterizam o pescador artesanal urbano.

Devemos ter o cuidado de, todavia, não buscar a idealização e o congelamento social do grupo segundo utopias romantizadas e estereotipadas, já que, se assim o for, haverá uma espécie de “enclausuramento” da comunidade. Tal situação interessa à lógica hegemônica, pois cessa a luta social a partir do momento em que a comunidade se sente simplesmente reconhecida e diferenciada.

Temos a impressão de que isso ocorre de alguma forma com a comunidade de Copacabana. Os pescadores tornaram-se atração turística, e até nesse ponto há certa precariedade, pois muitos turistas que passam por Copacabana sequer percebem a existência do grupo. Há um excesso de cuidado com a aparência daquilo que aparece para os passantes, como a reforma dos balcões, da capela e do jardim realizada em 2008, enquanto os instrumentos e os barcos permanecem sendo os mesmos, sem recursos para consertá-los, reformá-los ou trocá-los. O canto da praia onde se territorializa a comunidade, na areia, é romântico, bucólico, e isto interessa enquanto atração turística, ao mesmo tempo em que desvia a atenção dos problemas realmente vivenciados pelos pescadores. Esta romantização acaba por resultar em uma certa invisibilidade do grupo, impedindo que os pescadores sejam vistos como um grupo diferenciado em relação à sociedade hegemônica, mas um grupo não exótico e sim trabalhador, com desafios, demandas e necessidades inerentes à condição de “ser pescador” na metrópole do Rio de Janeiro, em uma das praias mais visitadas do mundo. Ademais, “enclausurá-los” também resulta no congelamento do



grupo, e qualquer mudança do modo de vida dos pescadores passa a ser tomada como uma espécie de “traição” e rompimento com a tradição.

Cabe ressaltarmos aqui que as comunidades tradicionais, ou “populações tradicionais”, segundo Vianna (2008), não podem ser tomadas simplesmente como resíduos tradicionais ainda não atingidos pela modernização da sociedade “abrangente” “(...) essas populações possuem uma história e uma diversidade cultural que não são meras ‘sobras históricas’, numa interpretação essencialmente evolucionista. (...). Esses grupos sociais pertencem ao todo social” (p. 257).

Os pescadores de Copacabana e boa parte dos discursos sobre eles referem-se à tradição mais como um resíduo tradicional do que como características atuais de um grupo que, na realidade, participa do movimento do todo social, ainda que seja um grupo diferenciado.

A tentativa de identificar tradições em determinado contexto não constitui uma simples tarefa. Elas, muitas vezes, podem ser simplesmente recentes e inventadas, como evidencia Eric Hobsbawm (2006). Segundo o historiador, as tradições inventadas compreendem um conjunto de práticas, reguladas por regras ou abertamente aceitas, de natureza ritual ou simbólica, que visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição (p. 9). Repetição esta também apontada por Giddens (1991) quando afirma que a tradição é estruturada por práticas sociais recorrentes, ainda que a discussão sobre a invenção das tradições não esteja presente em sua abordagem.

No mundo global, as constantes mudanças e inovações acabam por conflitar com a tentativa de estruturar de maneira imutável e invariável ao menos alguns aspectos da vida social.<sup>12</sup> Isto faz com que sejam inventadas certas tradições.

Neste momento, nos remetemos à construção de identidades de resistência de Castells. A formação de comunidades que advém desta construção identitária possui como força de argumentação política, muitas vezes, a necessidade da manutenção de uma tradição. Em boa parte dos casos, porém, podemos dizer que tal tradição constitui uma tradição inventada para facilitar o alcance de determinada finalidade, o que não deixa de ser legítimo.

É interessante observar que, em muitos casos, pode haver a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas para fins bastante originais. “(...) querer-se permanentemente é um traço histórico de uma tradição que está em constante mudança, mudando de sentido, porque a continuidade de sua existência está garantida no fluxo de sua própria reelaboração” (PRADO, 2002, p. 128).

Portanto, como vemos, a questão das tradições, nos dias de hoje, torna-se cada vez mais complexa e difícil de ser trabalhada. Elas se adaptam e se recriam constantemente, de acordo com o contexto estrutural, e podem ser genuínas ou inventadas. No caso de Copacabana, é difícil compreender até que ponto a tradição é genuína ou inventada. As artes de pesca utilizadas no decorrer do tempo foram se modificando à medida que acompanharam o movimento da sociedade, ainda que o desenvolvimento tecnológico mais avançado, na pesca, tenha chegado apenas para grupos mais poderosos e privilegiados de nossa sociedade desigual.

A comunidade, quando se refere à tradição, geralmente está se remetendo às artes de pesca, ou seja, ao modo de produção artesanal, diferenciado do modo de produção industrial. Mesmo com o passar do tempo e com as transformações sofridas, a pesca continua sendo artesanal. O pescador, por exemplo, não dispõe de instrumentos que permitam encontrar os cardumes a longa distância, mas dispõe de conhecimento passado de geração para geração sobre as forças da natureza que influenciam na localização de determinado pesqueiro, diariamente. Ele

---

<sup>12</sup> Estamos falando dos mesmos fatores e processos que impedem a construção comunitária, segundo Bauman (2003).

também sabe onde encontrar cada espécie, como pescá-las e quais as suas características. Sabe sobre as ondas, as correntes, as marés. E também de que forma elas atuam na distribuição do pescado no território marítimo. Isto tudo constitui uma tradição que não é inventada. É, isso sim, uma tradição genuína que sofreu algumas adaptações sucessivas.

Nas relações sociais, as transformações são mais intensas, partindo de uma situação em que os pescadores eram vizinhos à beira da praia e haviam sido criados juntos, construindo fortes vínculos identitários e afetivos; para outra onde os pescadores se dispersam por toda a cidade e, a todo momento, surge um novo membro chegado de alguma parte da cidade, do estado ou do país, sem ligação afetiva alguma com os demais ou com o território. Por outro lado, há uma rotina comum entre os pescadores que não pode construir outra coisa a não ser um vínculo com a tradição de “ser pescador”, ainda mais porque o conhecimento do pescador do qual falamos acima é de fato um conhecimento “tradicional”, e ele é passado para “os que chegam”. Neste ponto de vista, a tradição oscilaria entre a invenção e a adaptação.

A tradição da comunidade de Copacabana está diretamente relacionada às mudanças sociais que se dão nos múltiplos níveis escalares. Além disso, também pudemos perceber que a tradição possui uma conotação que é bastante valorizada pelos pescadores, uma vez que é parte de um discurso em prol da preservação e, conseqüentemente, reprodução da comunidade. No discurso, a tradição é quase sempre uma tradição inventada.

Todavia, esse discurso pode se tornar uma “faca de dois gumes”, já que pode contribuir também para o congelamento e a idealização do grupo, fazendo com que qualquer mudança social – que seria de fato um movimento natural acompanhando o movimento da sociedade como um todo – seja negada. O pensamento que predomina é: “já que eles são tradicionais e lutam pela preservação de sua tradição, eles devem ser também imutáveis...”.

Vianna (2008), apesar de não propor o fim da utilização do termo “população tradicional” abordando, do contrário, sua re-significação a fim de que ele possa ter uma aplicação empírica mais socialmente justa – com o que particularmente concordamos –, questiona, como Castro et al. (2006), a prática de se classificar determinadas populações como “tradicionais” havendo, nesta classificação, um entendimento sobre o termo “tradicional” que designa uma espécie de congelamento. Castro et al. (2006) afirmam que os argumentos que romantizam, congelam e idealizam as comunidades tradicionais, além de desconsiderarem a dimensão histórica e a permanente mudança social nas quais esses grupos estão envolvidos, ignoram o jogo de poder interno às comunidades.

O fato é: ou essas comunidades são pouco a pouco dissolvidas pelas forças modernizadoras capitalistas ou têm que se modernizar elas próprias a fim de resistir sob as mesmas condições que aqueles que a constroem. O grande paradoxo que surge desta “falsa” escolha é: por um lado, se o grupo acaba cedendo às pressões externas em sua luta pela identidade e imutabilidade da tradição, ele desaparece; por outro, se decide transformar-se através da assimilação do discurso do desenvolvimento e modernização e da materialização desse discurso no espaço, ele desaparece também, já que o novo modo de vida seria este em que vivem as sociedades ocidentalizadas, onde os ecossistemas são vistos como recursos infinitos e explorados sem qualquer olhar para o futuro. Tal mudança social não poderia ser pensada segundo uma articulação entre “tradição” e “modernização”?

Ainda, para complexificar ainda mais, o poder público procura beneficiar as comunidades que são reconhecidas como tradicionais. Se a comunidade se moderniza segundo preceitos exógenos, os conhecimentos, as inovações e as práticas deixam de ser transmitidos de geração para geração, o que dificultaria seu reconhecimento perante a lei. Por outro lado, se suas tradições

permanecem impassíveis aos elementos de fora, como a comunidade pode continuar a se reproduzir, considerando a desigual e injusta disputa por recursos com as grandes empresas pesqueiras?

O próprio IBAMA, no Brasil, que é o definidor legal por excelência do termo, tem trabalhado ainda a partir desta idéia, ainda que tenha incorporado em suas definições a dinâmica social na qual as “populações tradicionais” encontram-se envolvidas. Para a instituição,

As populações tradicionais são, portanto, dinâmicas, estão em constante mudança, em sintonia com as mudanças que ocorrem na região e que chegam até elas. Estas mudanças não descaracterizam o tradicional, desde que sejam preservados os principais valores que fazem dela uma população conservadora do meio ambiente. (INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, s/d).

Ora, se as mudanças sociais não descaracterizariam o “tradicional” desde que os principais valores que fazem do grupo uma população conservadora do meio ambiente fossem preservados, podemos dizer que, para o IBAMA, a tradição significaria simplesmente “possibilidade de conservação do meio ambiente”.

Para Vianna (2008), a expressão “população tradicional” da maneira que vinha sendo apreendida evocou sempre um matiz utilitário e de conotação política e ideológica, sendo uma expressão relativamente vaga e genérica, mas não desprovida de interesses. Havia (e ainda há), segundo a autora, um temor autoritário de que as populações se “desarmonizem” com a intensificação de seu contato com a sociedade global. Porém, ela questiona: “(...) essas pessoas não têm o direito a ter acesso às coisas da ‘modernidade’, como infra-estrutura e serviços, por exemplo?” (p. 278).

O que ocorreu, então, foi à utilização da categoria “população tradicional” como instrumento de defesa do território por diversos grupos sociais, com interesses contraditórios. As populações tidas como “não-tradicionais” aliaram-se às “tradicionais” em busca da permanência em seus locais de uso e moradia, aliança favorável também para as “populações tradicionais”, que buscavam maior visibilidade política.

Isso aconteceu e ainda acontece, de certa forma, com a comunidade de pescadores de Copacabana. A maioria dos membros da comunidade é formada por pescadores que de fato dependem da pesca para sobreviver. Eles se autodenominam como “população tradicional” e lutam por benefícios a partir dessa denominação. É uma definição subjetiva, baseada principalmente na história da comunidade, ou seja, no tempo incontável em que existem pescadores naquela área. Ademais, alguns pescadores que seriam então chamados de “não-tradicionais” e que não sobrevivem da pesca se incluem “no bolo” dos demais a fim de obter benefícios próprios, enquadrando-se como tradicionais e necessitados de auxílios.

Procuramos evidenciar, neste item, a complexidade que envolve a apropriação das categorias comunidade e comunidade (ou população) tradicional como estratégias de ação política do grupo em estudo, visto que tal apropriação envolve múltiplas possibilidades, entre elas a de se elaborar uma romantização e congelamento do grupo que podem constrangê-los mais do que libertá-los; e, na outra ponta, a de se construir uma concepção sobre o grupo que o considera simplesmente como um simples estacionamento de barcos. Ambas as possibilidades não contribuem para a efetivação dos direitos dos pescadores em questão e, sendo assim, torna-se necessário pensarmos em outras categorias que possam emancipá-los e significá-los de um modo tão complexo quanto sua realidade. Entre tais categorias, selecionamos trabalhar com a idéia da

multiterritorialidade enquanto uma ferramenta estratégica para a ação e compreensão da dinâmica social.

### **O conceito de território como ferramenta para a compreensão da realidade estudada**

O conceito de território pode ser trabalhado a partir de perspectivas epistemológicas que diferem entre si no tempo e no espaço. Ainda, o território assume significados distintos para diferentes grupos e/ou sociedades. “É preciso ter sutileza e habilidades, pois cada sociedade produz seu(s) território(s) e territorialidade(s), a seu modo, em consonância com suas normas, regras, crenças, valores, ritmos e mitos, com suas atividades cotidianas” (SAQUET, 2007, p. 24).<sup>13</sup>

Referindo-nos à comunidade de pescadores de Copacabana, vemos que há uma produção própria do território que difere da produção territorial de outros segmentos da sociedade. Contudo, este território próprio refere-se ao ciclo produtivo da pesca vivenciado pelos pescadores. No seu dia-a-dia, seu cotidiano, seus territórios são os territórios da cidade, produzidos mais por forças externas do que por eles próprios, e vivenciados por eles da mesma maneira que quaisquer outros grupos desprivilegiados da nossa sociedade desigual. De fato, os pescadores de Copacabana (e de outras comunidades pesqueiras situadas na cidade do Rio de Janeiro) são hoje parte do contingente de cidadãos urbanos que vivem em condições de pobreza.

A experiência da multiterritorialidade, como veremos, é um fenômeno característico dos tempos atuais. Em se tratando de comunidades tradicionais situadas em grandes cidades não é difícil supor que essa experiência seja ainda mais intensificada devido às múltiplas vivências resultantes da relação entre as atividades produtivas e sociais do grupo e o dia-a-dia comandado por lógicas exógenas. Não que as atividades mais internas voltadas ao ciclo da produção pesqueira artesanal não sejam direcionadas para fins estranhos à lógica comunitária, porém, ainda assim, há uma divergência grande entre elas e as atividades cotidianas dos pescadores que não envolvem somente a esfera produtiva. Trata-se de um jogo de escalas que pode ser melhor compreendido a partir do conceito de território.<sup>14</sup>

A multiplicidade de territórios e territorialidades deve ser trabalhada sob a perspectiva da multiplicidade de poderes, incorporados nos territórios a partir do ponto de vista de quem sujeita e de quem é sujeitado.

Em 2005, Haesbaert questiona se a multiterritorialidade seria simplesmente uma questão de escala ou uma questão de espacialidade diferencial, expressão cunhada por Yves Lacoste (1988) e que está relacionada à multiescalaridade das práticas sociais, implicando na “vivência de múltiplos ‘papéis’ que ‘se inscrevem cada um em migalhas de espaço’ descontínuo, multiescalar” (HAESBAERT, 2005, p. 85).

Isso porque, segundo o autor, Lacoste reconhece as diferentes representações do espaço que se referem desde a nossa mobilidade mais restrita (cotidiano) até às escalas mais amplas, veiculadas pela mídia e pelo turismo e que freqüentemente abarcam o globo em seu conjunto. Todavia, há certa dificuldade em se apreender globalmente nossa experiência espacial, no mundo

---

<sup>13</sup> Nos tempos atuais, a afirmação de que cada sociedade produz seu território de acordo com suas próprias regras, crenças, etc. não pode ser generalizada, pois os processos homogeneizadores e hegemônicos acabam, muitas vezes, sobrepondo-se à produção de territórios próprios a cada sociedade.

<sup>14</sup> Estamos nos apropriando aqui da perspectiva híbrida e relacional do território trabalhada por Haesbaert (2006), não cabendo neste artigo nos aprofundarmos quanto ao caminho teórico de sua construção.

atual, já que há uma descontinuidade dos espaços e dos territórios, organizados muito mais em rede do que em termos de áreas, o que significa que as práticas sociais tornaram-se confusamente multiescalares. Contudo, Haesbaert (2005, p. 85) acredita que muitos de nós “encarregamo-nos de desfazer a confusão deste novelo e, retomando seus fios, tecemos nossa própria rede, ou melhor, nosso(s) próprio(s) território(s)-rede(s) – que implicam, sem dúvida, assim, a vivência de uma multiterritorialidade (...)”. Ademais,

[...] mais do que de superposição espacial, como enfatiza o autor<sup>15</sup>, trata-se hoje, principalmente com o novo aparato tecnológico-informacional à nossa disposição, de uma multiterritorialidade não apenas por deslocamento físico como também por ‘conectividade virtual’, a capacidade de interagirmos à distância, influenciando e, de alguma forma, integrando outros territórios (HAESBAERT, 2005, p. 85).

Para o autor, desta forma, a multiterritorialidade está incluída na chamada condição pós-moderna. Ela representa uma mudança quantitativa (maior diversidade de territórios que se colocam ao nosso dispor, ou pelo menos das classes mais privilegiadas) e qualitativa, “na medida em que temos hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de uma enorme gama de diferentes territórios” (HAESBAERT, *op. cit.*, p. 86).

Portanto, a experiência da multiterritorialidade em sentido estrito inclui: uma dimensão tecnológico-informacional de crescente complexidade (territorialização via ciberespaço), “que resulta na extrema valorização da densidade informacional de alguns pontos altamente estratégicos do espaço”; como decorrência desta nova dimensão, uma compressão espaço-temporal de múltiplos alcances; e “uma dimensão cultural-simbólica cada vez mais importante dos processos de territorialização, com a identificação territorial ocorrendo muitas vezes no/com o próprio movimento e, no seu extremo, referida à própria escala planetária como um todo” (Haesbaert, *op. cit.*, p. 87-88).

O autor ressalta que a multiterritorialidade não implica simplesmente na justaposição de múltiplos territórios que “mantêm sua individualidade numa espécie de ‘todo’ como produto ou somatório de suas partes” (*idem*).

Por último, Haesbaert (*op. cit.*) atenta para as diferenciações que podem ocorrer dentro da própria dinâmica de multiterritorialização, de modo que é necessário distinguir: os agentes que a promovem e seus objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos, instituições, o Estado ou as empresas; o caráter mais simbólico ou funcional da multiterritorialidade, sendo que, no primeiro caso, é importante analisar as múltiplas identidades territoriais nela envolvidas; os níveis de compressão espaço-tempo nela incorporados; seu caráter contínuo ou descontínuo, ou seja, “até que ponto ela ocorre pela superposição, num mesmo espaço, de múltiplos territórios, ou até que ponto ela corresponde à conexão de múltiplos territórios, em rede”; e “a combinação de ‘tempos espaciais’ incorporada à multiterritorialidade – podendo existir assim, de certa forma, uma multiterritorialidade também no sentido das múltiplas territorialidades acumuladas desigualmente ao longo do tempo” (p. 88-89). Ainda, devemos distinguir a multiterritorialidade potencial da multiterritorialidade efetiva, já realizada, uma vez que a possibilidade de vivenciar múltiplos territórios é acessível a uma minoria.

---

<sup>15</sup> Haesbaert refere-se aqui à Lacoste.

Falar em multiterritorialidade implica reconhecer a importância estratégica do espaço e do território na dinâmica transformadora da sociedade.

[...] o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade. E toda ação que se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança efetivamente inovadora (HAESBAERT, 2005, p. 90-91).

A comunidade de pescadores de Copacabana vivencia um cotidiano singular, pois se encontra em permanente tensão entre tradição e modernização. O debate sobre a categorização da comunidade enquanto uma comunidade tradicional parece não chegar a um consenso. Isto porque a realidade social de hoje é uma realidade complexa, confusa, emaranhada e múltipla, o que quer dizer que somente uma análise da multiterritorialidade experimentada pelo grupo pode evidenciar seu lugar na sociedade, ainda que este seja um lugar fluido, descontínuo e repleto de incertezas. Enquanto não pudermos refletir sobre a condição multiterritorial de sua existência, continuaremos a errar no sentido de tentarmos catalogar o grupo a fim de transformar sua realidade. A (re)significação das idéias de comunidade e tradição se faz necessária à luz da multiterritorialidade, que por sua vez é um dos sintomas mais intensos do nosso mundo atual.

A fim de que pudéssemos analisar a vivência da multiterritorialidade da comunidade em estudo, tentamos, primeiramente, compreendê-la à luz das bases e idéias responsáveis pela re-emergência contemporânea do conceito de território. Feito isto, elencamos as múltiplas vivências territoriais do grupo, procurando identificar seus entrelaçamentos e processos de amalgamização, com o objetivo de decifrar sua experiência multiterritorial.

Sempre tomando como referência as múltiplas relações de poder que constituem o território, ou seja, sempre referindo-nos à abordagem relacional, iniciemos pela análise de suas dimensões segundo a perspectiva materialista do binômio materialismo-idealismo de Haesbaert (2006).

De acordo com a abordagem naturalista – que possui como base as relações entre sociedade e natureza, podendo muitas vezes ser encarada erroneamente como uma espécie de determinismo ambiental – faz-se mister dizer que a comunidade de pescadores de Copacabana possui uma óbvia relação íntima com o mar: fonte de seu trabalho, sua renda, sua vida. É para o mar que os pescadores vão todos os dias, esperando poder voltar. Ao mesmo tempo em que há uma assimetria que parte da dominação do pescador sobre o ambiente, há também a dominação que provém do mar sobre o pescador. Isto porque é o movimento do mar quem dita os horários (segundo as marés) possíveis para a colocação e retirada da rede; a possibilidade de certas espécies (consumíveis ou não) estarem ao alcance das técnicas utilizadas pela comunidade; e a possibilidade (segundo as condições meteorológicas) do pescador sair e voltar diariamente com sua embarcação. Além das condições naturais advindas do movimento da Terra e sua posição relativa à Lua e ao Sol que originam essas relações, devemos também citar condições que interferem na abundância, distribuição e alcance dos recursos naturais marinhos dos quais sobrevivem os pescadores, afetando igualmente tal relação mútua entre o pescador e o mar. Em primeiro lugar, devemos falar sobre a poluição marinha por matéria orgânica crescente a partir da segunda metade do século XX, que por sua vez possui correspondência íntima com a evolução urbana desordenada do Rio de Janeiro (neste caso, a expansão da urbanização em direção à Zona

Sul da cidade). Alguns dos pesqueiros mais apropriados pelos pescadores de Copacabana encontram-se ao redor das Ilhas Cagarras, em frente às praias de Ipanema e Leblon. É neste ponto que se encontra a desembocadura do emissário submarino de Ipanema, que lança em média 10m<sup>3</sup> (oscilando entre 8, em condições normais, e 12, em condições de pico) de matéria orgânica por segundo. Sua construção foi finalizada em 1975 e ele é responsável por grande parte do despejo de esgoto sanitário da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo em que sua construção proporciona um melhoramento da qualidade ambiental das praias, é responsável por modificações consideráveis dos habitats pesqueiros, afetando os pescadores artesanais.

Sempre que a urbanização chega, dependendo da cidade, a tendência é destruir muita coisa, é mudar a natureza. Você vê, as pequenas cidades, quando elas vão no seu curso de avanço, a gente lembra logo: pra onde é que vai o projeto do saneamento básico. Deveria ser a primeira preocupação de qualquer cidade. E isso numa cidade grande como o Rio de Janeiro a tendência é você ver tudo isso indo pro mar. Mas antes de ir pro mar, vamos supor, sempre uma cidade está ligada aos rios, e esses rios são sempre exatamente o primeiro olhar dessa cidade, onde vai jogar seus destroços de tudo quanto não beneficie a natureza de uma forma legal. Então o urbanismo, ele ataca tudo isso.<sup>16</sup>

Outra questão que envolve a relação da comunidade com o mar (natureza) é a presença de barcos de pesca com potencial para pescar em um só dia a mesma quantidade de peixes que o pescador artesanal levaria cerca de dois meses para conseguir pescar, indo para o mar todos os dias. Esses barcos industriais não permitem que os cardumes se aproximem da costa – cercandos antes que pudessem chegar ali – e, como os barcos dos pescadores artesanais não permitem o deslocamento até maiores profundidades resulta que a comunidade, muitas vezes, perde o acesso aos recursos pesqueiros. Essa é uma relação injusta e desigual que, ao longo das últimas décadas, veio impedindo a sobrevivência de muitas comunidades pesqueiras: “Outra coisa é esses barcos de arrasto que *encosta* aqui, *entra* aqui dentro da praia e *leva* tudo, *leva* a criação toda, *arrasta* tudo, não fica nada, nada, nada”.<sup>17</sup> Esses dois exemplos mostram que a relação do pescador com o mar é também influenciada pela ação de outros atores que fazem uso do ambiente marinho de alguma forma, muitas vezes disseminando injustiças.

Isso compreende, de alguma forma, uma espécie de dominação do mar sobre o pescador, contrária à apropriação do mar pelo pescador. Identificamos aí uma relação de poder. Ainda assim, contudo, o pescador também se apropria do ambiente marinho, uma vez que possui conhecimento sobre ele como poucos possuem, sabendo localizar, sem instrumentos sofisticados como o GPS, cardumes e pesqueiros em um raio de ação considerável. A apropriação se dá também no que diz respeito à navegação; à prudência quanto a embarcar sob certas condições ou não; ao conhecimento sobre as espécies, seus hábitos e habitats; e a ligação afetiva que é muito presente (apropriação simbólica, configurando a cultura do *pescar*, do *ser pescador*). O pescador só é pescador porque gosta daquilo, é o que todos dizem, e esse sentimento, esse prazer pelo trabalho, constitui uma grande diferença entre eles e parte da população urbana desfavorecida.

No passado mais distante, a arte de pesca desenvolvida pelos pescadores que viviam ali tinham sua origem na pesca realizada pelos índios, ou seja, no arpão. Posteriormente, a partir da década de 1920, a pesca mais realizada foi a de linha e anzol. Como diz seu Noca, em 25 de

<sup>16</sup> Pescador Maurício, em 22 de abril de 2009.

<sup>17</sup> Pescadora Tatiana, em 21 de junho de 2009.

março de 2009: “no meu tempo de pescaria não tinha a rede, essa rede de espera (...). Eu pescava de linha e anzol, e era muito produtivo”. Com o passar do tempo e o desenvolvimento de novas técnicas de pesca, surgem as redes feitas artesanalmente de materiais como o tucum e, mais tarde, o algodão. A partir da década de 1950, com o início da exploração petrolífera, desenvolveu-se o nylon, sendo este o material com o qual são feitas as redes até os dias atuais. Neste contexto, a comunidade de Copacabana passa a pescar segundo a técnica do arrasto,<sup>18</sup> porém, como dissemos, com a diminuição abrupta do estoque pesqueiro que coincide com o adensamento populacional do bairro, essa técnica vai sendo deixada de lado. Hoje, a técnica mais utilizada compreende a rede de espera, ainda que muitos também pesquem com linha e anzol. De fato, a pesca com rede de espera permite esse intercâmbio entre as técnicas, uma vez que a rede é colocada na posição certa e retirada no dia seguinte, com o pescado capturado preso em suas malhas. Após a colocação da rede, é muito comum os pescadores se dirigirem para determinados pesqueiros a fim de pescar com linha e tentar aumentar a produção do dia.

O que vimos acima evidencia a relação mútua de dominação/apropriação entre o grupo em questão e o mar. Logo, estamos falando das relações de poder presentes no âmbito da dimensão naturalista de concepção do território, dentro do binômio materialismo-idealismo. Essas relações, com base na relação entre sociedade e natureza, constituem uma das múltiplas dimensões de análise da multiterritorialidade experimentada pela comunidade. A territorialidade, aqui, é caracterizada como a mediação entre o mar e o pescador.

A perspectiva econômica – também dentro da abordagem materialista do binômio materialismo-idealismo de Haesbaert (2006) – cruza e, mais do que isso, se amalgamiza, de alguma forma, com a perspectiva naturalista, já que a relação do pescador com o mar, ainda que possua um notável componente simbólico-cultural do qual falaremos adiante, é baseada no uso, nas forças produtivas e nas relações de produção. São essas forças que, segundo a abordagem econômica, configuram o território, ou seja, um lugar e meio de produção social, usado, organizado e gerido por sujeitos sociais, políticos e/ou econômicos.

Nesse sentido, o pescador utiliza o mar como fonte de recursos, fonte de sobrevivência. A relação produtiva mais direta presente nessa utilização está na relação entre os tripulantes das embarcações no momento da pescaria, momento este que inclui a saída e o retorno do mar. No geral, são três tripulantes por barco, por saída. Esses tripulantes são mais ou menos fixos, pois às vezes um pescador substitui o outro de outro barco e, quando um barco quebra (o que é muito comum), eles redistribuem-se entre aquelas embarcações que estejam funcionando. Também existem os agregados, aqueles pescadores que não fazem parte da comunidade historicamente, aparecendo como ajudantes de outros que resolvem levá-los prometendo uma pequena porcentagem da venda do produto. Entre os tripulantes, há sempre um que faz a mestrança, ou seja, a navegação, decidindo para onde ir e qual arte de pesca utilizar. Os outros dois acompanham-no e, no momento em si da pescaria, os três participam da mesma forma, realizando o mesmo esforço físico e de concentração. Via de regra, o mestre da embarcação é seu proprietário, mas existem muitos casos onde a embarcação é arrendada para o pescador, devendo este separar uma parte do produto final para o dono da mesma. À época da redação do presente trabalho, das vinte embarcações da comunidade, quatro estavam quebradas e dezesseis em atividade. Das quatro embarcações paradas, apenas uma pertence a um pescador da comunidade, sendo que os proprietários das outras três não pescam. Já em relação às embarcações que estão em funcionamento, os proprietários de quatro delas também não são pescadores, mas arrendam

---

<sup>18</sup> A pesca de arrasto caracteriza-se pela presença de redes em forma de saco puxadas por um barco (chamado de arrastão) a uma velocidade suficiente para que o pescado fique retido nela.



(ou emprestam) suas embarcações a pescadores que não são proprietários. As outras doze embarcações são de posse de pescadores da comunidade, ainda que um deles não viva exclusivamente da pesca.

Configuram-se aí múltiplas relações de poder e ao mesmo tempo de partilha, nos níveis mais diversos. À medida que há relações desiguais entre os pescadores e entre os pescadores e os proprietários das embarcações, há relações de poder explícitas. Elas estão na distinção entre o papel do mestre e o dos tripulantes; dos pescadores não-proprietários e dos proprietários; e entre os pescadores e os proprietários não-pescadores. Ainda, encontramos, em nossas observações de campo, relações desiguais entre os membros da comunidade conhecidos por todos e que frequentam o espaço da pesca em Copacabana cotidianamente e os pescadores esporádicos que alguns membros trazem às vezes para auxiliar na pescaria. Estes últimos são sempre vistos e tratados com desconfiança, a não ser pelo pescador que o acolheu na embarcação com a qual trabalha. Algumas vezes (soubemos de dois casos), esses ajudantes não são, tradicionalmente, ligados à pesca. São trabalhadores urbanos desempregados que vislumbram aquele universo como uma saída possível. Isso reforça ainda mais nossa tese de que os pescadores de Copacabana são mais alguns cidadãos urbanos desprivilegiados como tantos outros segmentos da nossa sociedade.

De maneira geral, entretanto, as relações entre os pescadores da comunidade (incluindo aqui os esporádicos), ainda que sejam desiguais, configurando relações de poder, são de certo companheirismo.

Contudo, as relações de produção que constituem o território sob a perspectiva econômica não se limitam a essa escala de análise. Quando os pescadores chegam do mar trazendo o peixe capturado – o que se dá entre 9h30 e 10h –, este volume pescado é dividido entre o balcão para venda situado na área da comunidade e a Peixaria Z-13. No balcão, permanecem algumas vezes os próprios pescadores, mas quase sempre há os vendedores, que são geralmente pescadores aposentados, esposas de pescadores ou simples trabalhadores da colônia. Aí também se configura uma relação de poder que varia dependendo de quem trás o peixe e quem está no balcão. Os acordos entre as categorias são feitos, no geral, por meio de uma porcentagem pré-fixada da venda que vai para o vendedor (em torno de 10%). A figura do vendedor assemelha-se à do atravessador, tão presente em outras comunidades pesqueiras. A diferença em Copacabana é que o peixe chega na praia e ali mesmo é vendido, o que diminui os custos da venda em relação aos custos que possuem outras comunidades pesqueiras que dependem do atravessador, muitas vezes tido como explorador e ganancioso. Em Copacabana, ainda, o pescador pode acompanhar a venda, se assim o desejar. A desvantagem deste tipo de comercialização do peixe é que ele é um dos responsáveis pela perda da união do grupo, a perda do sentido comunitário, já que o pescador chega do mar com sua produção e coloca à venda independentemente da quantidade de peixe pescada pelo outro. Conforme diz o pescador Maurício, em 22 de abril de 2009:

Nós não temos isso, cada um chega com uma caixa de peixe e quer que os clientes comprem só os seus peixes, que se dane se você tá chegando depois. Essas coisas que prejudicam muito, que perdem o sentido de comunidade. Eu aprendi assim: na minha comunidade existiam aqueles atravessadores, mas eles precisavam de uma cota para ir vender o peixe, tinha que esperar todo mundo, então eu quero tantos kg de peixe, aí juntava tudo e levava. Isso era mais justo.

Isto quer dizer que a relação de camaradagem e parceria se dá somente no nível da atividade produtiva, da pescaria. Os pescadores que embarcaram juntos costumam dividir o

resultado da venda em partes iguais, mas não se importam com os outros pescadores, das outras embarcações, mesmo se no dia anterior ou no dia seguinte as parcerias sejam modificadas e aqueles que não pescaram juntos hoje possam fazê-lo amanhã.

Já a peixaria anexa à comunidade (Peixaria Z-13) é uma espécie de “elefante branco” para o grupo, pois apesar de levar o nome da colônia e estar aparentemente vinculada a ela, é um negócio privado, particular, e que vende não somente parte do peixe trazido pelos pescadores de Copacabana, mas também o produto proveniente de outras partes do Rio de Janeiro e de Niterói. Quando a pescaria é muito boa, a venda no balcão da comunidade não garante todo o escoamento da mercadoria, fazendo com que os pescadores tenham que deixar parte do produto na peixaria ou, muitas vezes, no Mercado São Pedro, em Niterói. Por possuir equipamentos como o frigorífico, a peixaria pode conservar o pescado por mais tempo, deixando o pescador que depende da venda do peixe fresco no balcão em desvantagem, além de disponibilizar para o freguês espécies de pescado as quais os pescadores da comunidade não têm como pescar devido às limitações impostas pelo tipo de embarcação. Logo, há uma espécie de relação competitiva entre ambas as instituições. O acerto de contas entre a Colônia e a peixaria se dá sob a forma de um aluguel pagado por esta última à primeira. Tal aluguel é utilizado para pagar parte das contas fixas que a Colônia possui, como a secretária, contas de luz, vigias e faxineiro. Os pescadores acreditam que certamente se beneficiariam mais caso a peixaria pudesse ser gerida por eles, ou se ao menos pudessem ter um frigorífico próprio a fim de concorrer com a peixaria em condições menos desiguais.

Ainda sobre as relações de poder a partir de um ponto de vista econômico, devemos voltar para a abordagem naturalista no que se refere à disputa pelos cardumes com barcos maiores e mais potentes e que realizam outros tipos de pesca muito mais agressivos, como a pesca de arrasto. Esses barcos de pesca industriais localizam os cardumes através de aparelhos sofisticados, como o GPS e sonar, e capturam tudo o que o pescador artesanal levaria meses para pescar em apenas um dia, antes do peixe chegar até a beira da praia, que é até onde o pescador artesanal, com suas técnicas de pesca, pode ir.

E aí *começou* a desaparecer os cardumes que vinham em beira de praia, como tainha, xerete, a própria corvina, entendeu? Sardinha, dava muita sardinha, sardinha sempre *tava* aí na beira da praia, a 200m da praia mesmo. Aí o que acontece? Aí tudo desapareceu, devido à alta pesca, ao esforço de pesca muito grande... O nosso esforço não é tanto, porque você vê, a gente sempre mantém uma estabilidade. Nós não podemos avançar pra certas tecnologias porque a gente não tem condição. Nossos barcos não têm equipamentos, sonares. Se a gente tivesse que acompanhar esses modelos de pesca, tinha que ser uma coisa controlada, entendeu? Não se pode existir no Rio de Janeiro barco com o número absurdo de pesca de arrasto, até porque a natureza tem condição de atender, mas se passar do seu limite, ela vai te dar o troco de outra forma.

Por último, temos as instituições públicas que inter-relacionam-se com a atividade pesqueira, ou seja, o uso produtivo do espaço marítimo que configura um território. O IBAMA é a principal delas, pois seria a instituição responsável por fiscalizar os maus usos dos recursos pesqueiros, tanto os que possam ser cometidos pelos pescadores artesanais quanto os que possam envolver os pescadores industriais. Tal fiscalização constituiria um outro nível de relações de poder. Contudo, ela quase não existe, na prática, e por este motivo é que as embarcações industriais e/ou de arrasto que não poderiam, pela lei, pescar na beira da praia, acabam burlando a

legislação de alguma forma (basicamente propina), de modo a prejudicar o dia-a-dia das comunidades pesqueiras artesanais (tal situação reproduz-se em quase todo o litoral brasileiro).

No que diz respeito ao território da comunidade sob a perspectiva jurídico-política – onde o território é visto a partir do controle e dominação do espaço, ou seja, como unidade política –, devemos analisá-lo à luz das relações de poder que definem aquele espaço como o território da comunidade de pescadores de Copacabana. O controle do espaço, teoricamente, viria da diretoria da Colônia, que se instala ali conferindo um domínio e uma relação de poder entre os de dentro e os de fora. Porém, tal diretoria não consegue conferir esse *status* ao grupo, pelo que podemos observar. A relativa desarticulação dos pescadores impede a existência de uma diretoria forte. O que faz com que aquela porção do espaço seja o território do pescador, segundo tal perspectiva, é a própria atividade pesqueira, que não prescinde da área ocupada para estacionar as embarcações, confeccionar e consertar as redes e criar um espaço comum de convivência entre eles. Já no espaço marítimo, ou seja, o espaço da pescaria em si, voltamos a nos remeter às mesmas relações de poder abordadas segundo as perspectivas naturalista e econômica: a relação do pescador com o mar e todos os fatores físico-naturais que interferem nessa relação mais os fatores relacionados à presença humana (pesca artesanal *versus* pesca industrial, escoamento da produção, etc.).

Por último, podemos falar do controle simbólico que constitui o território segundo a abordagem cultural-simbólica que representa a dimensão do idealismo dentro do binômio materialismo-idealismo de Haesbaert (2006). Esta se refere à identidade cultural (ou identidades culturais) do grupo e está no nível das representações. Falaremos sobre ela mais adiante.

### **A compreensão da multiterritorialidade enquanto uma estratégia para a transformação social: perspectivas e possibilidades**

Até o momento, dissertamos sobre as quatro dimensões de análise do território em questão. A partir de agora, devemos prestar atenção à conjugação desses territórios (ou desses processos de territorialização, melhor dizendo, já que estamos lidando com um território relacional e processual) no sentido de constituir um único processo multiterritorial. Para tanto, procuramos identificar o território como um produto do entrelaçamento entre as redes que organizam o espaço dos pescadores.

Em um primeiro nível escalar, analisemos a rede local de sujeitos e entre sujeitos do local e de outros lugares. Veremos que ambas foram abordadas na análise das dimensões naturalista, econômica e jurídico-política do território. Este nível de relações constrói a identidade primeira dos pescadores de Copacabana que, no entanto, não é fixa, encontrando-se em permanente transformação, ainda mais na sociedade pós-moderna.

Na relação da rede local de sujeitos com sujeitos de outros lugares, encontramos a hibridização de culturas variadas que também contribuem para essa construção identitária. Aqui, torna-se necessário considerar o fato de estarmos lidando com uma comunidade de pescadores singular, onde os *trabalhadores do mar* – título de obra de Victor Hugo utilizado por Diegues (1983) para se referir aos pescadores como um todo – retornam para as suas casas ao final da jornada e tais moradias se situam nas partes mais diversas e distantes da cidade, originando múltiplos processos de territorialização. Essa relação também se dá não somente no dia-a-dia, na relação física com outras pessoas e instituições das culturas as mais diversificadas, mas também através da influência exercida pela relação de poder simbólico que se constitui entre o cidadão

comum e a grande mídia; e através do ciberespaço, hoje presente na vida de todos os pescadores da comunidade de alguma forma.

Desta maneira, torna-se clara a multiterritorialidade vivenciada pelo grupo. Os pescadores, no geral, levantam-se cedo, dirigem-se à Colônia, embarcam, pescam e retornam em horários variados, ficando na Colônia até o fim do dia, quando voltam para casa. Nesse processo rotineiro, trava-se contato e interage-se com múltiplas culturas, bem como se concretizam múltiplas interações econômicas. Vivencia-se e assimila-se, portanto, múltiplas territorialidades. No momento voltado para o trabalho (que não se restringe, contudo, ao trabalho), a territorialidade se expressa pela relação produtiva que se dá entre os pescadores, ou seja, pela escolha dos tripulantes, divisão do trabalho e partilha do produto final. É neste momento que a territorialidade experimentada por eles envolve um sentido de pertencimento comum, uma identidade comum. Esta identidade é também construída pelo conhecimento compartilhado do ambiente marinho – ainda que haja pequenos segredos quanto à marcação e localização de bancos pesqueiros que são típicos da atividade da pesca; e pela própria relação do pescador com o mar. A territorialidade nesta primeira dimensão de interações ainda envolve as relações de poder vivenciadas diretamente pelo grupo. Estas se dão tanto explicitamente – como a que se evidencia pela própria existência de uma instituição cuja autoridade deve ser respeitada, a diretoria; e a que se dá na relação entre os pescadores e as instituições públicas como prefeitura, governo estadual, IBAMA e Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) –, quanto subliminarmente, muito presentes nas interações entre eles próprios, por exemplo, quando se trata da relação entre tripulantes ajudantes e proprietários das embarcações; bem como na interação entre pescadores e “atravessadores” representados, no caso da comunidade de Copacabana, pela Peixaria Z-13 e pelos pescadores aposentados que se ocupam em vender o pescado nas bancadas da Colônia. Também podemos falar na relação entre os vendedores do peixe e os compradores. E extrapolando para outros níveis escalares que ultrapassam essas relações diretas que envolvem a atividade da pesca e partem para aquelas que envolvem o *status* do pescador enquanto mais um cidadão urbano, podemos falar, por exemplo, nas relações de poder presentes na dominação cultural hegemônica que está implícita na grande mídia. Contudo, essas dimensões de relações de poder não podem ser tomadas separadamente em uma sociedade complexa como a atual. Elas se imbricam, se amalgamizam, construindo um só corpo complexo e dinâmico de relações. Uma relação está presente na outra, uma dimensão interfere na outra. Isso tudo nos remete à multidimensionalidade do poder da qual nos fala Foucault.

Essa multiterritorialidade, todavia, não é vivenciada por todos da mesma forma. Por muitos, ela não é nem ao menos de fato experimentada, sendo caracterizada apenas por uma sensação de pertencer a um mundo externo que na realidade não acolhe aqueles que são desfavorecidos. Assim, a identificação territorial, por exemplo, está muitas vezes referida à escala planetária, ainda mais com a experimentação do ciberespaço. No caso de Copacabana, além da sensação multiterritorial ser experimentada via ciberespaço, ela o é também através do convívio com turistas provenientes das mais diversas partes do mundo. Mas devemos nos perguntar: até que ponto tal experimentação é qualitativa (possibilidade de combinar a vivência concomitante de enorme gama de diferentes territórios) e não apenas quantitativa (apenas maior diversidade de territórios ao nosso dispor)?

Se considerarmos que estamos tratando de uma multiterritorialidade de caráter mais simbólico do que funcional (apesar de ter uma porção de funcionalidade aí também, já que o pescador transita pelo universo da cidade), aí sim devemos considerar a existência da comunidade como sendo certamente multiterritorial.

É necessário, ainda, estudarmos o caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade experimentada pela comunidade em questão. Podemos dizer que ela é contínua, como a maioria das experiências multiterritoriais do mundo pós-moderno de hoje. Isto porque os múltiplos territórios se superpõem, em vez de serem conectados em redes horizontais.

A vivência da multiterritorialidade vem acompanhada da construção de múltiplas identidades. Fonseca (2005) acredita que a identidade cultural esteja relacionada ao sentido de pertencimento: “(...) o poder que alimenta as identidades culturais emana dos valores dos seus sujeitos coletivos – o seu patrimônio cultural imaterial – sendo, por esta razão, crucial resgatá-los e deles se apropriar” (não paginado). A autora fala sobre a congruência entre o desenvolvimento e a cultura, aquele devendo ser pensado em função desta. E, segundo a autora, para fugirmos do mimetismo cultural, devemos tomar o desenvolvimento como o resgate das identidades culturais.

Segundo a autora, a construção de identidades culturais poderosas e transformadoras permitiriam encarnar uma nova racionalidade de desenvolvimento. Nessa mesma linha, Castells (2000) apresenta a identidade como a fonte de significado e experiência de um povo, a forma de distinção entre o *eu* e o *outro*, *nós* e *eles*. Para o autor, devemos nos preocupar em distinguir identidades de papéis, as primeiras sendo “fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas e construídas por meio de um processo de individuação”, enquanto os papéis são definidos por normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade. As identidades organizariam significados e os papéis organizariam funções. Os significados são a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator (CASTELLS, *op. cit.*, p. 23).

Tais linhas de pensamento são de extrema valia para a compreensão do potencial transformador contido na identidade cultural de um grupo, porém, nas sociedades atuais, onde as instituições e organizações da sociedade não somente definem os tais papéis (que seriam diferentes das identidades), mas sim criam, destroem e re-criam significações o tempo todo, constituindo um descentramento característico do chamado período pós-moderno, ou seja, construindo múltiplas identidades, é necessário irmos um pouco mais além e complexificar essas argumentações. Mesmo na Modernidade, com o surgimento do Estado-Nação enquanto organizador primordial do território, a classificação promulgada por Castells falha no sentido de tentar catalogar e separar funcionalidade de simbolismo, de cultura. O que ocorre de fato é a impossibilidade de tratá-los como aspectos distintos e independentes da realidade social.

Realmente, nos tempos atuais, o que vê-se é, mais do que a consolidação de identidades, uma certa “crise de identidade”, nas palavras de Stuart Hall (2005). Esta crise é devida à fragmentação do indivíduo moderno. As identidades culturais, para o autor, surgem do pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, nacionais, e a crise destas identidades encontra-se na descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos.

Os fluxos culturais, hoje, criam “identidades partilhadas”. As identidades passam a ser desvinculadas (desalojadas) de tempos, lugares, histórias e tradições (HALL, 2005, p. 75). Ainda, simultaneamente aos processos de homogeneização global, há uma fascinação com a diferença, havendo a mercantilização da etnia e da alteridade. Neste sentido, “o local não deve, naturalmente, ser confundido com velhas identidades, firmemente enraizadas em localidades bem delimitadas. Em vez disso, ele atua no interior da lógica da globalização” (p. 78). As sociedades tradicionais têm sempre estado abertas às influências culturais ocidentais e, agora, estariam mais do que nunca, havendo, na realidade, a formação de novas identidades.

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Pode ser tentador pensar na identidade, na era da globalização, como estando destinada a acabar num lugar ou noutra: ou retornando a suas raízes ou desaparecendo através da assimilação e da homogeneização. Mas este pode ser um falso dilema (HALL, 2005, p. 88).

Haesbaert (2007) acredita que, sendo as identidades sempre referentes ao espaço, ao entorno geográfico – ainda que algumas vezes possa não estar referida imediatamente a um território existente no plano ontológico –, é de extrema valia para a compreensão das múltiplas realidades que as tratamos como identidades territoriais.

Muitas vezes, inclusive, a referência a recortes espaciais auxilia os discursos identitários. Assim, a identidade é territorial quando refere-se a determinada porção do espaço a fim de construir estratégias de apropriação cultural e política do mesmo, ou seja, a identidade territorial pode ser ativada como um instrumento de reivindicação política. Neste sentido, é mais comum nos depararmos com casos que evoquem as identidades bairristas, municipais, de regiões e relacionadas ao Estado-Nação, mas,

[...] vários outros grupos ou comunidades podem também, ocasionalmente, acionar identidades territoriais de acordo com as estratégias políticas em jogo, muito além do simples jogo ‘tradicional’ das identidades territoriais ‘encaixadas’ que caracterizam o mundo estatal moderno (HAESBAERT, 2007, p. 45).

As referências territoriais para a construção de tais identidades também podem estar relacionadas a uma espécie de densidade histórica, ou seja, ao tempo espacial. No caso de Copacabana, isto fica claro, pois as experiências territoriais passadas, do tempo em que os pescadores habitavam a praia, por exemplo, acumulam-se com territorialidades que advêm das transformações sucessivas que foram ocorrendo com a expansão da urbanização em direção ao bairro. A multiterritorialidade vivenciada hoje é também resultado desse acúmulo, ainda mais devido às transformações terem sido tão intensas e velozes que abrangeram o espaço de tempo de uma geração apenas, o que faz com que os mais velhos frequentemente passem suas experiências territoriais aos mais novos.

Deste modo, no momento atual do movimento das sociedades, as identidades territoriais viveriam uma espécie de tensão entre uma tendência ao hibridismo – “a busca por crescente autonomia e liberdade” – e uma tendência à reclusão e ao fechamento territorial que parte da “construção de um sentido mais estável de identidade” (HAESBAERT, 2007, p. 35). O autor acredita que os grupamentos sociais viveriam, hoje, em um ir-e-vir entre estes dois pólos. São re-identificações que se dão de forma constante, ora referindo-se à apropriação e luta pela efetivação de um território; ora referindo-se ao hibridismo característico dos tempos atuais, a identidades múltiplas e abertas.

Logo, não há como fechar-nos em uma tendência uniforme no que diz respeito à construção de identidades territoriais, pois o mundo complexo em que vivemos impede tal formulação. Cada caso possui suas particularidades e cada grupo pende mais para um lado do que para outro, segundo suas condições geo-históricas e suas próprias necessidades. Muitos grupos encontram sua forma estratégica e política de ação construindo uma identidade “una” e

“imutável”. Na maior parte dos casos, tal identidade é inventada, o que vem ao encontro da invenção das tradições de Hobsbawm (2006). Ademais, a identidade também é um conceito relacional, já que se define sempre em relação ao outro. Acontece que devemos estar atentos para aquilo que está em jogo em tais processos de re-identificação, ou seja,

[...] todas essas re-significações ou, no nosso caso, re-identificações, estão mergulhadas em relações de poder e, deste modo, sujeitas aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos, que este poder implica dentro de uma sociedade profundamente desigual e marcada por múltiplos processos de dominação. Se identificar(-se) é também, de alguma forma, classificar, estas classificações com que re-significamos o mundo, nós e os outros, inclusive através dos territórios, são objeto de intensas disputas entre aqueles que têm o poder de formular e mesmo de fixar estas classificações (HAESBAERT, 2007, p. 37).

Sendo assim, a multidimensionalidade das relações de poder sobre as quais dissertamos no item anterior deve estar presente também no estudo das identidades territoriais, já que “o território pode veicular a articulação de poderes simbólicos de múltiplas faces, que ora reforçam a segregação e o fechamento – (...) – e ora potencializam uma dinâmica de convívio ou de ativação de múltiplas identidades” (p. 50). O fechamento, ou seja, a construção de identidades territoriais reclusas, pode se relacionar à construção das identidades de resistência de Castells (2000), ou seja, à construção de comunidades contemporâneas.

Para Haesbaert (2007), no entanto, ao considerar a necessidade de se incluir o território nesta questão, tal construção identitária pode partir tanto de populações ou grupamentos sociais que se encontrem em posições de debilidade perante nossa sociedade desigual e que tenham que lançar mão de um recurso simbólico-identitário com base em uma espécie de “naturalização” da identidade territorial, quanto de grupos hegemônicos que constroem tais identificações a fim de evitar a “mistura” cultural e a “insegurança” que dela pode advir. Essa “naturalização” da identidade “implica numa espécie de ‘direito’ adquirido numa espaço-temporalidade parcialmente ‘efetiva’ (...) ou completamente ‘inventada’” (HAESBAERT, *op. cit.*, p. 53).

A identidade territorial, assim como a territorialidade, possui um caráter político-operativo muito forte. Ela pode potencializar as ações e os recursos necessários para o desenvolvimento local. Desta maneira, a identidade também pode significar uma territorialidade ativa, no sentido da organização para a conquista de autonomia.

As variáveis do território, plurais, são hibridizadas, articuladas, diferenciando-se, especializando-se e envolvendo a subjetividade dos lugares (cultura, história...), as instituições, a infra-estrutura, o trabalho, etc. (...). A identidade local, nesse sentido, deve ser continuamente reelaborada, em complementaridade com o movimento de mundialização da economia (SAQUET, 2007, p. 153).

Desta forma, corroborando com Haesbaert, Saquet acredita que a identidade também significa multiterritorialização.

Na comunidade de pescadores de Copacabana, encontramos justamente esta oscilação entre um discurso legitimador da identidade cultural do pescador artesanal que resgata a história do lugar e a constituição do território pesqueiro de geração para geração, e um outro discurso que

possui a vantagem de trazer à discussão as necessidades do pescador artesanal que vive na cidade como um cidadão urbano desprivilegiado.

O fechamento e a reclusão territorial a partir da identidade se dão com base em um discurso que em muito se assemelha àquele cuja concepção de comunidade tradicional é estática e imóvel. Esta abordagem utiliza a perspectiva histórica e da tradição da comunidade. Este tipo de discurso não deixa de ser uma forma de construção de uma identidade de resistência. Entretanto, tal construção conta com a interferência constante das múltiplas identidades vivenciadas pelos pescadores em sua multiterritorialidade.

Ainda assim, é utilizando este discurso que os pescadores vêm se mantendo até os dias de hoje. Contudo, uma vez que ele não representa a realidade de fato, desconsiderando a multiterritorialidade e as múltiplas identidades da comunidade, resulta que tal sobrevivência vem se dando de maneira precária, pois a própria argumentação dos pescadores e da sociedade em geral não é capaz de libertar o grupo dos estigmas que o constroem e imobilizam.

É na consideração da multiterritorialidade enquanto uma categoria de ação política que a comunidade poderia ser (re)significada, pois é a partir dela que as demandas por direitos e reconhecimento passarão a abranger o emaranhado da realidade complexa do grupo, não se restringindo às questões da atividade pesqueira propriamente dita mas expandindo-se para o todo social que envolve a vida desses pescadores. Com isso, a luta da comunidade se hibridizaria com os movimentos sociais urbanos como um todo, pois descobrir-se-ia que, como pano de fundo, as questões a serem colocadas são muito mais comuns do que parecem ser a um olhar mais desatento e não consciente da multiterritorialidade experienciada pelo grupo.

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. **In**: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, F. et al. Use and misuse of the concepts of tradition and property right in the conservation of natural resource in the Atlantic Rain Forest (Brazil). **Ambiente e Sociedade**, v. 9, n. 1, 2006. p. 23-39.

CINTRA, N. Colônia dos Pescadores, no Posto 6, é o ponto certo para compra de pescados em Copacabana. **Posto Seis**, Rio de Janeiro, s/d, p. 23.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FONSECA, D. P. R. Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável. **Em debate**. Revista eletrônica do Departamento de Serviço Social. PUC-Rio, n. 1, 2005. Não paginado. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br>>. Acesso em: dez. 2007.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.



HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

\_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. 2005, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Edusp, 2005. p. 74-92.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOBBSBAWN, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/resex/pop/html>>. Acesso em: nov. 2008.

JORNAL DO BRASIL ON LINE. Disponível em: <<http://www.jbonline.terra.com.br>>. 2009. Acesso em: jun. 2009.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papyrus, 1988.

O ESTADO RJ ON LINE. Disponível em: <<http://www.oestadorj.com.br>>. Acesso em: jun. 2009.

PRADO, S. M. **Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ**. Niterói: EdUFF, 2002.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Edusp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. et. al. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

\_\_\_\_\_. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. A expulsão do paraíso: o “paradigma da complexidade” e o desenvolvimento sócio-espacial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 43-88.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.